



Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse.
www.jornaldocomercio.com/agro



‘Fumicultores querem seguir cultivando tabaco’

Presidente da Afubra, Marcílio Laurindo Drescher disse na Expoagro que lavoura não tem valorização merecida no País

Cláudio Isaías, de Rio Pardo
isaiasc@jcrs.com.br

Com 136 mil associados nos três estados da Região Sul, a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) quer que os fumicultores do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná tenham a oportunidade de continuar produzindo com a qualidade desejada para a demanda, na qual 90% é destinada para exportação para mais de 100 países - China e Bélgica são os maiores compradores. O desejo foi manifestado pelo presidente da Afubra, Marcílio Laurindo Drescher, durante a realização da 23ª Expoagro Afubra, que termina nesta sexta-feira no Rincão Del Rey, em Rio Pardo. A vontade de Drescher é como uma “espécie de mantra” nas conversas que o dirigente mantém com os produtores dentro da feira. “Auxiliamos o produtor para que ele tenha a oportunidade de continuar produzindo com qualidade para atender à clientela dos países importadores”, comenta.

Para o presidente da Afubra, o tabaco não tem a valorização merecida do Brasil, principalmente do governo federal. “Parece que somos inimigos por falta de uma interpretação correta. No Brasil, as pessoas misturam tabagismo com a produção de tabaco”, comenta. O dirigente destaca que 90% da produção dos três estados do Sul é destinada para mais de 100 países. “Reivindicamos que haja respeito para que

essa produção possa continuar livremente. Se o Brasil não atender essa demanda, outros países vão buscar essa fatia do mercado do tabaco”, destaca.

Um levantamento da Associação aponta que mais de 136 mil famílias de pequenos agricultores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná produzem tabaco nas suas propriedades. Porém, Drescher explica que, além do tabaco, eles plantam em suas propriedades milho, feijão, soja e hortaliças em áreas de dois a três hectares. Também há a produção de leite bem acentuada em propriedades de até 10 hectares. “O nosso trabalho na Afubra é incentivar também a diversificação nas lavouras de tabaco nas pequenas propriedades da região Sul”, comenta. No Rio Grande do Sul, 70 mil famílias atuam na produção do tabaco. “Os chineses buscam nos estados do Sul o tabaco de qualidade para fazer a mistura. Já a Bélgica que realiza a distribuição do produto em toda a Europa”, acrescenta.

Ao governo federal, o presidente da Afubra pede respeito à liberdade do produtor de continuar cultivando tabaco enquanto existir mercado. “Se pararmos, alguém em outra parte do mundo vai pegar essa fatia do mercado de tabaco”, destaca. Das 136 mil famílias produtoras da região Sul, 95 mil são associadas à entidade. A produção de tabaco é realizada em mais de 500 municípios dos três estados da Região



Produção é realizada em mais de 500 municípios dos três estados da Região Sul, destaca Drescher

Sul plantam tabaco realizada.

No território gaúcho, o tabaco é plantado no Vale do Rio Pardo (Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Candelária e Agudo), em Arroio do Tigre até Arvorezinha e um pouco na região Noroeste do Estado. Também existe uma produção na região Sul nos municípios de Camaquã, São Lourenço, Canguçu e Pelotas. Conforme Drescher, Canguçu é o maior produtor de tabaco de todos os municípios da região Sul do País. “Na

cidade, existem 12 mil pequenas propriedades. É o maior minifúndio da América do Sul”, acrescenta o dirigente.

O presidente da Afubra destaca que as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em maio do ano passado resultaram em prejuízos para quase 2 mil produtores de tabaco em 75 municípios. As perdas chegaram a mais de R\$ 95 milhões.

Drescher diz que os produtores e as indústrias estão fazendo

o possível para minimizar os danos. “No entanto, dependemos de políticas públicas, especialmente da liberação de linhas de crédito”, comenta. O dirigente reforça que os 95 mil associados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul são agricultores que cultivam tabaco e outras culturas em regime familiar. “Incentivamos de maneira muito forte a diversificação de culturas e ações ambientais com os produtores de tabaco”, acrescenta.

Ministério propõe suspensão das dívidas dos produtores rurais até setembro

Claudio Medaglia, com agências
claudiom@jcrs.com.br

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) pretende publicar uma resolução suspendendo

o pagamento das parcelas das dívidas dos produtores rurais até setembro de 2025. A minuta do texto foi apresentada na quarta-feira pelo secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pe-

cuária (Mapa), Guilherme Campos, e o assessor especial Carlos Augustin em reunião no gabinete do senador Luis Carlos Heinze (PP/RS).

A concretização depende de votação do Conselho Monetário Nacional (CMN). E o pedido já foi encaminhado pelo Mapa, embora ainda não haja previsão de quando o tema será apreciado pelo órgão.

O esforço do ministério foi avaliado como um sinal de entendimento sobre a complexidade e urgência da adoção de medidas em socorro ao setor pelo parlamentar, que apresentou indicação legislativa sobre o assunto.

“Agradeço ao ministro Fávoro por levar essa demanda ao Conselho Monetário Nacional. Esse prazo é fundamental para ga-

rantir a tramitação do PL da securitização, que representa uma solução definitiva para os produtores”, ressaltou.

O encontro também foi ambiente para discussões estratégicas sobre melhorias no Plano Safra, com foco na destinação de recursos para correção do solo e ampliação da irrigação. Heinze assumiu o compromisso de buscar mais investimentos para expandir o programa.

Na segunda-feira, o PL 320/2025, que trata da securitização, avançou e foi, finalmente, distribuído para as Comissões de Agricultura (CRA) e de Assuntos Econômicos (CAE). Agora, Heinze está focado na tramitação em regime de urgência. Para isso, reuniu-se com o líderes do bloco

Aliança, o senador Hiran Gonçalves (PP/RR), e a senadora Tereza Cristina (PP/MS), e já trabalha para que a proposta entre na pauta da reunião de líderes desta quinta-feira.

O PL 320/2025 permite que as dívidas sejam convertidas em títulos lastreados pelo Tesouro Nacional até o limite de R\$ 60 bilhões, considerando operações de custeio, investimentos e comercialização contratadas até 30 de junho de 2025. O projeto prevê um prazo de 20 anos para o pagamento das dívidas, bonificação de até 30% para adimplentes, taxa de juros que varia de 1% a 3% ao ano, além da criação de um fundo garantidor e de uma linha de crédito para recuperação do solo e irrigação.



Campos (e), Augustin (c) e Heinze (d) discutiram mudanças no Plano Safra